

Educação de jovens e adultos e inclusão social: uma análise dos artigos publicados no periódico "educar em revista"¹

Youth and adult education and social inclusion: an analysis of articles published in the journal "magazine educate"

1 Dados preliminares apresentados no III CICTED – Congresso Internacional de Ciência Tecnologia e Educação.

Denise Teberga Mendanã¹, Maria Aparecida Campos Diniz de Castro²

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté - UNITAU, Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12100-000, Centro, Taubaté, SP, BR

² Professora do Programa de Pós-graduação em Educação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté - UNITAU, Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12100-000, Centro, Taubaté, SP, BR

Recebido em 17 de maio de 2015; Aceito em 26 de junho de 2015.

Resumo

O presente artigo se classifica como uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e objetiva-se discutir a temática da inclusão social na Educação de Jovens e Adultos, tomando como base as ideias da Educação Popular e concepções de currículos e práticas. Para a reflexão da temática foi realizada uma busca e um levantamento de artigos no banco de dados da SciELO, selecionando apenas os artigos do periódico "Educar em Revista". Para a discussão foi feita a análise destes artigos por tema, fazendo uma revisão da literatura acerca do assunto. Para favorecer uma análise mais detalhada, os conteúdos abordados nos artigos foram separados em dois grupos. O primeiro grupo apresenta as questões de currículo e práticas e o segundo grupo discute a EJA como possibilidade de inclusão social. O estudo nos permitiu perceber que ainda há de se avançar bastante no campo da Educação de Jovens e Adultos, sobretudo nas práticas voltadas para a especificidade desse sujeito e na formação docente para atuar com a essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: EJA; Educação Popular; Inclusão Social.

Abstract

This article is classified as an exploratory research of bibliographical and aims to discuss the issue of social inclusion in Youth and Adult Education, by the ideas and concepts of popular education, curriculum and practices. To reflect the theme of a search and survey articles in the database SciELO, selecting only the articles of the periodicals journal "Magazine educate". For discussion, it was made the analysis these articles by theme doing a literature review on the subject. To allow a more detailed analysis, the subjects investigated in Articles were divided into two groups. The first group presents the issues of curriculum and practices and the second group discusses Education for Youth and Adults as a possibility for social inclusion. The study allowed us to realize that there is still much to advance in the field of Adult Education, especially in practices for the specificity of this subject and teacher training to work with this type of education.

Keywords: EJA; Popular Education; Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se constitui em um estudo exploratório, de caráter bibliográfico e pretende abordar a temática da Inclusão Social de alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tal discussão deve considerar sua formação integral, ou seja, formação que desenvolva na sua integralidade as dimensões: física, afetiva, cognitiva, intelectual e ética.

Objetiva-se discutir a temática pelas ideias da Educação Popular e concepções de currículos e práticas, a partir da análise dos artigos publicados no periódico "Educar em Revista", da Universidade Federal do Paraná, entre 2007 e 2014, abordando tais questões no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, bem como reconhecer essa modalidade de ensino como forma de inclusão social.

No foco dessa temática, a partir do levantamento dos artigos publicados no periódico "Educar em Revista", algumas questões nortearam esse trabalho:

- Quais temáticas sobre inclusão se destacam nos artigos publicados no periódico Educar em Revista?
- Os artigos publicados contribuem para uma análise crítica da realidade da educação brasileira?

É fato que vivemos numa sociedade desigual, na qual as minorias são geralmente, favorecidas e têm as melhores oportunidades, fato esse que muito nos preocupa enquanto educadores. Acordamos com a idéia de Darcy Ribeiro que a escola pública, se constitui numa instituição "desonesta", como assim a descreve:

Efetivamente temos uma escola pública desonesta, porque se ajusta, de fato, à minoria dos seus alunos. Àqueles oriundos das classes médias, que têm casa onde estudar e, nesta casa, quem estude com eles. Exatamente, os que a rigor, nem precisariam da escola para ingressar no mundo letrado. Em consequência, repele e hostiliza o aluno-massa, que dá por imaturo ou incapaz. (RIBEIRO, 2009, p. 184, *apud*, FUNDAÇÃO ITAU CULTURAL, 2011, p. 12)

De acordo com essa idéia, no grupo dos alunos-massa encontra-se aquele aluno que não tem suporte pedagógico em casa, que apresenta uma desestrutura familiar, expõe-se ao auxílio de políticas públicas entre outras necessidades, em busca por uma educação de qualidade. Esse é o caso da maioria dos alunos que freqüenta as salas de aula da EJA. Quase sempre não tiveram acesso à escolaridade na idade própria, retornam à escola na fase adulta e demonstram uma expectativa ainda maior na educação.

Os estudos apontam a emergência de novos planos de ação, de políticas públicas adequadas que orientem as ações educativas mas, de fato, ainda não percebemos mudanças substanciais no campo de trabalho da Educação de Jovens e Adultos. Por meio desse estudo, pudemos observar que existe até mesmo, um certo descaso das autoridades responsáveis quanto ao atendimento e orientação das ações para o pleno desenvolvimento dos sujeitos que compõem o grupo que buscam complementar a escolaridade fora da idade certa.

Assim, a EJA se configura numa oportunidade de inclusão social, por meio da qual os alunos têm a chance de exercer plenamente e de forma consciente seus direitos como cidadão, com igualdade de condições, como se descreve abaixo:

A EJA constitui um dos meios pelos quais a sociedade pode satisfazer as necessidades de aprendizagem dos cidadãos, equalizando oportunidades educacionais e resgatando a dívida social para com aqueles que foram excluídos ou não tiveram acesso ao sistema escolar. Compreendida enquanto processo de formação continuada dos cidadãos, a EJA deve, pois, configurar-se como dever do Estado e receber o apoio da sociedade (PAIVA; MACHADO; IRELAND, 2007, p. 27).

Nesse sentido, a educação oferecida aos jovens e adultos deve ofertar de maneira equânime, a formação integral do indivíduo, atentando para suas potencialidades, propiciando práticas que assegurem a troca de saberes, apoiadas em currículos que “devem abordar os conteúdos básicos desde os princípios da educação popular em uma perspectiva interdisciplinar” (PAIVA; MACHADO; IRELAND, 2007, p. 28).

Concluímos que a educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. Na esperança de apresentar alguma contribuição no contexto da Educação de Jovens e Adultos na educação básica, nos dispusemos a refletir sobre uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa que possibilite melhores resultados nas práticas exercidas na EJA, permitindo maior integração sócio-cultural dos alunos e atendimento às suas necessidades em termos metodológicos na defesa da diversidade humana ali presente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização deste estudo deu-se no mês de setembro de 2014 no qual foram selecionados nove artigos sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos. A busca foi realizada no site “www.scielo.org” e a seleção dos artigos obedeceu aos seguintes critérios:

1° critério: Temática

Foi selecionado apenas artigos que estavam relacionados à Educação de Jovens e Adultos.

2° critério: Revista

Foram selecionados apenas os artigos publicados (de acordo com o primeiro critério) em uma mesma revista, num dado período de tempo, ou seja, os números publicados nos últimos sete anos.

PROCEDIMENTO PARA REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO

Para a busca dos artigos foi feito um levantamento no banco de dados do site “www.scielo.org”, com o indexador EJA e selecionada a revista Educar em Revista.

1° passo:

Foram encontrados 65 artigos divididos entre 28 periódicos.

2° passo:

Como o resultado da busca foi baixo, foram selecionados os artigos do Periódico “Educar em Revista”, a qual reunia nove artigos, voltados à temática.

Os dados referentes aos artigos selecionados estão aqui apresentados no Quadro 1:

Quadro 1: Artigos sobre Educação de Jovens e Adultos

<i>Título</i>	<i>Autor(es)</i>	<i>Dados e Revista</i>
Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola	Sonia Maria Rummert Jaqueline Pereira Ventura	Educar em Revista, n.29, p. 29-45, 2007 – Editora UFPR
Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana	Maria de Fátima Quintal de Freitas	Educar em Revista, n.29, p. 47-62, 2007 – Editora UFPR
Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA	Inês Barbosa de Oliveira	Educar em Revista, n.29, p. 83-100, 2007 – Editora UFPR
Reciprocidade e acolhimento na educação de jovens e adultos: ações intencionais na relação com o saber	Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin	Educar em Revista, n.29, p. 101-119, 2007 – Editora UFPR
Vínculos estabelecidos pelo professor com o Programa Municipal da EJA e a relação-reflexa na formação profissional e pessoal	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Educar em Revista, n.29, p. 121-140, 2007 – Editora UFPR
Tensões, contradições e avanços: a educação de jovens e adultos em uma escola de Belo Horizonte	Leôncio Soares Ana Rosa Venâncio	Educar em Revista, n.29, p. 141-156, 2007 – Editora UFPR
A sala de aula na Educação de jovens e adultos	Veronica Branco	Educar em Revista, n.29, p. 157-170, 2007 – Editora UFPR
Leitura e interpretação de enunciados de problemas escolares de matemática por alunos do ensino fundamental regular e educação de jovens e adultos (EJA)	Regina Maria Pavanello Silvia Ednaira Lopes Nelma Sgarbosa Roman de Araújo	Educar em Revista, Edição especial, n.1, 2011, p. 125-140 – Editora UFPR
Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas	Sandra dos Santos Andrade Dagmar Estermann Meyer	Educar em Revista, Edição especial, n.1, 2014, p. 85-99 – Editora UFPR

Fonte: Autoria Própria

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Após leitura dos artigos selecionados, identificamos os assuntos mais discutidos e elaboramos dois quadros para favorecer a análise. Assim, tal como segue abaixo, os artigos serão agrupados por temática e analisados primeiramente sob o viés da concepção de currículo e práticas, sob a ótica da Educação Popular e as contribuições para a escola, considerando-se a atual sociedade marcada pela forte globalização.

Quadro 2: Questões de currículo e práticas

<i>Artigo</i>	<i>Síntese</i>
Leitura e interpretação de enunciados de problemas escolares de matemática por alunos do ensino fundamental regular e educação de jovens e adultos (EJA)	O artigo analisa a compreensão leitora de alunos do Ensino Fundamental tanto de classes de EJA, quanto do ensino regular. Por meio de entrevistas com os alunos, as autoras apresentaram problemas que estavam presentes nas coleções didáticas utilizadas pelos professores. Por fim, conclui que os alunos apresentaram dificuldades na compreensão leitora e quanto ao gênero discursivo dos enunciados matemáticos.
A sala de aula na Educação de jovens e adultos	O artigo se desenvolve pelas observações feitas pela pesquisadora em salas de alfabetização, analisando os professores que trabalham concomitante com a EJA e com o ensino regular. Observa situações que acontecem nestas salas de aula, com relação às práticas de alfabetização. Em seguida apresenta o referencial teórico acerca da alfabetização e conclui que apesar de todo referencial teórico oriundo de diferentes ciências ainda não ajudaram a mudar o ensino nas <u>classes de alfabetização</u> .
Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA	O texto reflete as formas de organização curricular da Educação de Jovens e Adultos. Para a análise, a autora apresenta um panorama histórico da EJA e discute alguns problemas das práticas curriculares que são notados a partir de relatos e situações vivenciadas por ela. A partir da reflexão dos relatos ela apresenta uma abordagem teórica acerca da temática e discute algumas concepções de currículo e seus fundamentos para debater as possibilidades de novos desenhos <u>curriculares que possam ser mais adequados aos alunos da EJA</u> .
Vínculos estabelecidos pelo professor com o Programa Municipal da EJA e a relação-reflexa na formação profissional e pessoal	A autora investiga os vínculos estabelecidos pelo professor da Educação de Jovens e Adultos. Concebe a análise a partir da identificação dos posicionamentos dos docentes em relação aos aspectos afetivos, pedagógicos e normativos. Também aborda os princípios, a coerência e os valores da proposta da EJA e a forma com que o professor se identifica com esses posicionamentos. Para a coleta de dados a pesquisadora utilizou questionário com quarenta questões que refletissem o sentimento dos professores. Utilizando a escala Likert, com cinco possibilidades de escolha, o questionário serviu para compreender os seguintes eixos: valorização pessoal e motivação, vinculação teoria à prática, relações individuais e institucionais, mudanças de paradigma, autonomia e coerência, e autoridade e <u>participação</u> .

Fonte: Autoria Própria

É possível perceber que a temática das práticas e discussões acerca do currículo, se fazem presentes no campo da Educação de Jovens e Adultos. Ela se evidencia quando discutimos a diversidade e a cultura. Observamos em Gomes (2008, p.23) que "As discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos nossos alunos e alunas".

Os artigos apresentam práticas concretas e reflexões sobre as mesmas. Branco (2007) reflete sobre essa questão apontando que os professores mantêm em suas práticas, conteúdos descontextualizados e cobram dos alunos a reprodução dos mesmos em suas atividades escolares.

Quanto à interpretação dos enunciados de problemas matemáticos, nesta modalidade de ensino ainda observa-se que:

Somente uma prática em que o aluno possa manifestar seu pensamento, discutir sua interpretação de um texto, expor sua compreensão de uma situação qualquer e realmente ser ouvido pelo professor pode contribuir para tornar a matemática menos mágica e mais humana, mais próxima dos alunos (PAVANELLO; LOPES; ARAÚJO, 2011, p. 138).

Acordamos com as considerações de Gomes (2008) quando afirma que o currículo deve ser considerado uma atividade política, imerso em relações de poder e visto por suas ações e seus efeitos. Daí, consideramos interessante destacar esse trecho do artigo de Oliveira (2007), que ainda se faz atual:

[...] concepções que predominaram nos diversos momentos criaram e consolidaram algumas das idéias que vêm prejudicando as possibilidades de mudanças no campo. Da educação compensatória às propostas e práticas curriculares infantilizantes e formalistas, muitos são os entraves ao desenvolvimento de um trabalho mais apropriado ao perfil dos alunos dessa modalidade de ensino (p. 99).

Dessa forma, pensar na questão da diversidade não é apenas incluí-la no currículo, mas posicionar-se para atender esta questão nos âmbitos políticos, sociais e principalmente da prática que se realiza nesta modalidade de ensino. Talvez assim, torne-se possível atender aos sujeitos envolvidos no processo a partir de situações pedagógicas estimulantes.

Oliveira (2007) aborda a questão da infantilização a partir de reflexões que faz de situações que observa nas relações de sala de aula, como fazer contas, por exemplo:

Ou seja, se [...] os conteúdos aparentemente abstratos fossem trabalhados em relação com sua utilidade concreta, a escola poderia ter, na adesão dos alunos à necessidade de aprendizagem deles, um contributo fundamental para a facilitação dos processos pedagógicos (p. 90).

Percebe-se que é importante levar em consideração o que os alunos da EJA já sabem, o que eles tem incorporado da sua vivência de mundo. Muitas vezes, a maior dificuldade está em aprender os conteúdos no formato da escola, ou seja, como se faz as contas na escola e não na vida. É importante refletir sobre essa questão, pois segundo Branco (2007) as necessidades reais dos alunos que encontram maiores dificuldades, pode ser fator decisivo na permanência desse aluno na escola. No entanto, quando eles não se apropriam dos conhecimentos escolares, vão sendo excluídos da escola.

Nesse sentido, a oferta de ensino aos alunos da EJA, deve ser pensado por meio de um currículo específico, adequado aos interesses e necessidades próprias dos alunos nesta fase da vida. Da mesma forma, deve-se tomar cuidado também com as práticas e procedimentos metodológicos adotados, pois como aborda Oliveira (2007), os alunos da Educação de Jovens e Adultos, não tiveram oportunidades de ir à escola, mas tiveram uma vida rica em aprendizagens que mereceriam maior atenção.

É nesse sentido que devemos pensar as propostas escolares, numa lógica em que pese os valores e concepções embutidas nas experiências dos alunos, de tal forma que:

A lógica que preside a organização da escola e as propostas de trabalho que ela busca pôr em prática trazem embutidos valores, idéias e concepções de mundo bastante diferentes do público que a frequenta, o que dificulta imensamente ao educando realizar o enredamento daquilo que se diz e se propõe na escola com os saberes que traz de sua vivência (OLIVEIRA, 2007, p. 91).

Haracemiv (2007) apropria-se de Freire (1997) para refletir sobre a questão da necessidade da busca constante pelo aprendizado:

[...] a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca (...) É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente (FREIRE, 1997, apud HARACEMIV, 2007, p. 138).

Dessa forma, podemos considerar que pensar em práticas que promovam mudanças e que sejam adequadas para os sujeitos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos, é pensar constantemente em renovar-se, em buscar o conhecimento.

Concluimos esta etapa com algumas considerações de Paulo Freire (1996) acerca da ideia de que “Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade” (p.36). Assim como esse grande mestre entendemos que ensinar é uma atividade sobretudo humana e que o clima de respeito e acolhimento nasce de relações justas, sérias, humildes e generosas, nas quais “a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico” (FREIRE, 1996, p.36).

No caso dos alunos de EJA é importante pensar na especificidade desta modalidade, incluindo a dimensão humana que se apresenta à docência, na execução das práticas e aproximação com os alunos. Cabe lembrar que tais competências e habilidades devem ser desenvolvidas por aqueles profissionais que assumem a tarefa de ensinar alunos adultos, reconduzindo-os de fato, à formação escolar tardia.

Na sequência, serão analisados os artigos que discutem a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Popular e da inclusão social:

Quadro 3: EJA como possibilidade de inclusão social

<i>Artigo</i>	<i>Síntese</i>
Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola	O artigo aborda a questão da complexidade que se apresenta em torno da problemática da Educação de Jovens e Adultos. As autoras afirmam que tal complexidade se dá pela atual fase de expansão e consolidação do capital. Assim, elas estudam os atuais programas para Educação de Jovens e Adultos (representando rearranjos da mesma lógica que sempre presidiu as políticas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil). Para a análise elas abordados os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola no conjunto das políticas de governo para a educação. Concluindo que esse tipo de política reafirma o caráter seletivo e excludente do sistema público educacional no Brasil.

<p>Reciprocidade e acolhimento na educação de jovens e adultos: ações intencionais na relação com o saber</p>	<p>A autora aborda em seu artigo as particularidades dos processos educativos de jovens e adultos, basicamente sobre as relações com o saber e as diferentes mediações do trabalho pedagógico. Coloca que os alunos da EJA vivenciam cotidianamente desigualdades sociais e raciais perante o mundo, no qual se inclui a escola, que também é desigual. Partindo desse pressuposto expõe que a relação com o conhecimento não deve ser imediata, mas deve partir da realidade do aluno, permitindo que eles avancem no conhecimento e possam fazer uma leitura mais ampliada de Mundo. Conclui que a Educação de Jovens e Adultos não se configura somente pela apropriação do conhecimento, mas também pelas relações dos sujeitos que encontram nessa escola um espaço que lhes é de direito e no qual interagem socialmente.</p>
<p>Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana</p>	<p>O artigo versa sobre as relações entre educação popular e Educação de Jovens e Adultos e as contribuições da psicologia social para a prática de educadores. Fundamentada pelas reflexões de emancipação popular de Paulo Freire, identifica semelhanças, diferenças e intersecções no campo da alfabetização e dos movimentos sociais. Ela faz uma análise dos paradoxos e tensões encontradas na prática do educador, observando as repercussões e impactos psicossociais que podem contribuir para avanços ou recuos no processo de conscientização.</p>
<p>Tensões, contradições e avanços: a educação de jovens e adultos em uma escola de Belo Horizonte</p>	<p>O artigo versa sobre um trabalho realizado em uma escola da Rede Municipal de Belo Horizonte, que trabalha com Educação de Jovens e Adultos e procura entender e trabalhar as especificidades dos seus sujeitos. Os autores concluem que "a proposta vivenciada pela escola permite entender a EJA como espaços de aprendizagem, alfabetização, socialização [...] enfim, um espaço de inúmeras possibilidades." Eles afirmam que a escola procura uma educação de qualidade além de atender o universo e necessidades de seus sujeitos, tornando-se uma experiência possível apesar das dificuldades.</p>
<p>Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas</p>	<p>O artigo focaliza a relação entre juventude e processos de escolarização. Por meio de entrevistas narrativas com os jovens, faz uma análise das narrativas juvenis, problematizando o conceito de moratória social, juventude e gênero. Conclui que homens e mulheres vivem a moratória em tempos e de modos distintos, principalmente quando o gênero se articula a dimensão de classe.</p>

Fonte: Autoria Própria

A EJA, como possibilidade de inclusão social, está presente nos artigos selecionados, mesmo que de forma implícita. Ao tratar de questões como experiências possíveis diante das dificuldades dos sujeitos, aborda a questão da inclusão social por acolher nesse contexto, o aluno que já foi excluído da escolarização em algum momento que retorna com expectativas maiores de melhores resultados na aprendizagem.

Para situar a questão que se insere os sujeitos da EJA, seguem algumas contribuições sobre a questão da Cultura e Educação Popular diante da sociedade atual.

Antes de passar para o item seguinte, deveria comentar um pouco mais sobre a EJA como possibilidade de inclusão social. O que chama de inclusão aqui? Entre os trabalhos, observe alguns trechos que trazem definições de inclusão e o porquê a EJA representa um oportunidade de inclusão. Amplia e fortalece esse ponto em destaque nos artigos.

A CULTURA POPULAR NA ESCOLA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Primeiramente faz-se necessário esclarecer a abordagem que será dada para a Cultura Popular nesse texto. A seguir, é importante explicitar o contexto de globalização que é referido e a sociedade inserida nele. A partir desses esclarecimentos é que partir-se-á para o entendimento do papel da escola, como instituição da sociedade globalizada, e com o objetivo de formar cidadãos. Além disso, trazemos aqui, foco no papel da escola na formação da identidade do povo e de sua Cultura, intimamente popular.

CULTURA POPULAR

A definição de cultura popular é complexa, pois há uma heterogeneidade acerca do termo. Os significados podem chegar a dois extremos: Arantes (1990) explica que há o extremo da negação de que os fatos por ela apresentados contêm alguma forma de saber e o extremo de atribuir-lhes o papel de resistência quanto à dominação de classe. Bosi (1994) também afirma ainda que os fenômenos simbólicos pelos quais se exprime a vida do povo, nascem do seu imaginário, como exemplo dos ritos indígenas, do Candomblé e até mesmos das manifestações religiosas do catolicismo, onde os estilos rústicos e ritualizados são expressão. Para o autor a instituição está presente nessa gama cultural, já que as manifestações são grupais e obedecem a cânones, na forma de micro instituições que guardam boa distância da cultura oficial e servem à expressão de grupos mais fechados, apesar de seus membros estarem expostos também à cultura escolar e à cultura de massa.

Sendo assim, a abordagem que nos utilizaremos será aquela que diz respeito à concepção de povo e de Cultura Popular para os folcloristas. Dessa forma, entende-se por Cultura Popular aquela que circula pelo povo e que permanece pela tradição, com as devidas transformações decorrentes do tempo.

As palavras de Brandão (1985, p. 70) acerca da Cultura Popular, são as seguintes: “Por Cultura Popular entendemos a que preserva, recupera e incorpora elementos cujo conteúdo é essencialmente popular, ou seja, a cultura que fortalece a consciência étnica e de classe”. Nesse sentido, entende-se a Cultura Popular como dinâmica, viva e consciente e que tem no folclore uma de suas expressões.

Contudo, a Cultura Popular ao ser reproduzida de geração em geração acaba por misturar valores próprios com os dos outros. Esses valores podem ser mesclados naturalmente ou impostos pela ideologia dominante por meio de programas sistemáticos. Dentro desse sistema, a educação pode ser um instrumento para impor a cultura dos dominantes por meio da dominação, da doutrinação e da subordinação do imaginário das classes populares.

SOCIEDADE GLOBAL

Vivemos em uma sociedade global e essa afirmação nos leva a pensar em várias coisas. Para Milton Santos (1986, p. 122) "o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais." Nesse sentido, se o espaço é o conjunto de formas de relações, o espaço global, devido à aceleração contemporânea, seria o espaço mundial? Na verdade, o espaço não é mundial, senão como uma metáfora, pois quem se globaliza são as pessoas.

Essa sociedade global a qual nos referimos é chamada por Bauman (1925, p.7) de "líquida", pois para ele: "Líquido-moderna é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros, mudam num tempo mais curto do que o necessário".

A modernidade líquida citada pelo autor, é um projeto histórico social, fundamentada na razão, ciência e técnica, pois é a partir da tecnologia que há o progresso. Nessa sociedade de intensas e rápidas transformações, a vida passa a ser vivida em condições de incertezas constantes e a mercadoria passa a ter um papel importante, pois o consumo é o principal motor dessa sociedade.

Isso acaba gerando um individualismo onde a culpa recai sobre o indivíduo, pois o que lhe acontece de positivo ou de negativo passa a ser consequência de seus atos.

Nesse contexto é necessário uma via intermediária entre o Estado e o mercado para não correr o risco de perder a noção de cidadão:

A Sociedade civil poderia servir de mediador entre o Estado e o setor privado, entre identidade ferozmente salvaguardada de uma tribo fechada sobre si mesma e aquela, em vias de extinção, do consumidor solitário. Entre a Jihad e o McWord¹. Se não for encontrada uma terceira via entre o Estado e o mercado, talvez sobrevivamos como consumidores, mas não mais existiremos como cidadãos (BARBER, 2003, p. 55).

Marx (1996), já faria referência à barbárie do mundo capitalista e da luta de classes entre burgueses e proletários no Manifesto do Partido Comunista o que pode ser observado na seguinte afirmação:

Assistimos hoje a um movimento análogo. As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que faz surgir com que por encanto possantes meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro (Hexenmeister) que já ao pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento [...] A sociedade vê-se repentinamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea. (MARX & ENGELS, 1996, p. 71)

Enfim, a sociedade do consumo está posta e cada vez mais global, pois os instrumentos técnicos evoluem a cada instante favorecendo a expansão da mercadoria e o consumo exacerbado.

PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

A escola está inserida nesse contexto global de intensas relações e mudanças e os indivíduos que freqüentam a escola estão impregnados desses valores.

Para Green, (1997, *apud*, MORROW, 2004, p. 32) "[...] a educação também se torna um bem de consumo individualizado, que é oferecido em um mercado global e acessado através de conexões via satélite e cabo. A educação Nacional deixa de existir".

¹ McWord: termo citado para definir a cultura americana, indiferente à democracia e cujo principal objetivo é uma sociedade universal de consumo. (Barber, 2003, p. 41)

Essa mercantilização da educação acaba por reforçar mais as desigualdades sociais, pois com a criação de um sistema educacional privado, acaba tornando o público mais alheio aos olhos das elites dominantes, ou seja, já que os filhos da elite terão o ensino garantido pelo setor privado, por que preocupar-se com o sistema público, aliás, este precisa ser exatamente desqualificado para continuar a exclusão social e cultural.

Outro ponto importante a ser destacado é a contradição do discurso do Fórum Mundial de Educação (FME) com a lógica instaurada pela globalização neoliberal. De acordo com a carta redigida no Fórum, a educação pública deve ser um “direito social inalienável, educação garantida e financiada pelo Estado, jamais reduzida à condição de mercadoria e de serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, democrática, igualitária e justa” (FME, *apud*, CHARLOT, 2005, p. 142).

Contudo, as políticas internacionais sobre educação, sobretudo as políticas educacionais instauradas pelo Banco Mundial tratam de pontos explicitamente contraditórios aos do fórum.

Na perspectiva dos fundos internacionais a educação deve ser pensada e organizada por um viés econômico, preparando o indivíduo para o mercado de trabalho e sendo assim, os currículos escolares devem ser pensados com a demanda do mercado. Charlot (2005, p. 142) afirma ainda que: “[...] Esse esforço para submete a educação aos padrões do mercado capitalista aparece em todos os níveis, inclusive no ensino superior e no nível de pesquisa cada vez mais dependente dos recursos e do grande capital”.

Nessa lógica de mercado, o papel do Estado acerca da educação perde sua dimensão universal e cidadã para ser posta apenas como ajuste social. Essa afirmação pode ser observada nesta citação:

Se viene produciendo em el mundo, comprendida como uno de los impactos negativos de las políticas neoliberales em educación, la reducción de la responsabilidad social del Estado para el respeto al derecho a la educación y a la prestación del servicio educativo [...] (CARDONA, 2006, p. 115).

Dessa forma, pode-se perceber que os valores de cidadania vão se perdendo, para dar lugar aos valores de consumidores. Pode ser observado claramente essa idéia em Gadotti (2006, p. 64) ao afirmar que no “globalismo”, o cidadão é reconhecido apenas como cliente, como consumidor, que tem “liberdade de escolha” entre diferentes produtos. O cidadão precisa apenas ser bem informado para “escolher”.

É a partir dessa perspectiva de educação escolar que será discutida a questão da educação popular, como pode ser observado neste trecho:

[...] os atuais programas para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) representam rearranjos da mesma lógica que sempre presidiu as políticas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a qual consiste em atender às necessidades de sociabilidade do próprio capital. Desta forma, as políticas educativas com caráter compensatório e aligeirado reiteram, a partir de reordenamentos econômicos dos quais derivam o desemprego estrutural e novas formulações ideológicas centradas no empreendedorismo e na empregabilidade, a subalternidade das propostas de educação para a classe trabalhadora (RUMMERT; VENTURA 2007, p.30).

Elas demonstram em seu estudo que os atuais programas são mais um rearranjo das políticas que foram desenvolvidas ao longo da história. Abordam ainda que a concepção da Educação de Jovens e Adultos trazida por esse modelo, está restrita às necessidades do capital “que nos coloca, predominantemente, como consumidores e não como produtores de tecnologia” (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 41). Esclarecem que as propostas relacionadas a ampliação da escolaridade está ligada a três fatores principais:

- 1) para exercer funções de controle social, mediante o alívio à pobreza, revestindo-se, assim, de um caráter contenedor de insatisfações, proporcionando aparentes soluções dentro da ordem capitalista;
- 2) como fator de difusão dos valores relativos à competitividade, à empregabilidade e ao empreendedorismo, aos quais está subjacente a crença na individualização da problemática do desemprego e a transferência estrita, para o indivíduo, das iniciativas e responsabilidades referentes à sua situação no quadro societário;
- 3) à qualificação da maior parte da força de trabalho para exercício do trabalho simples. (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 41)

Ao pensarmos por essa lógica, a Educação de Jovens e Adultos está emaranhada com a mesma coerência do mundo capitalista, onde é interessante que a educação fique num patamar rudimentar e os empregos se mantenham na informalidade e subemprego.

De acordo com o Brandão (1985), a educação popular deve investir na redescoberta dos valores populares que se encontram difusos e misturados com outros, impostos na cultura do povo e, de modo crítico, deve fazê-los "retornar sistematicamente para o domínio do povo em seu favor" (p.70).

Referenciando Paulo Freire (1987, p. 35) "Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos" e é nesse sentido que deve ser pensada a Educação Popular, ou seja, da humanização e da emancipação.

O que se pode concluir é que nesse mundo de intensas transformações e onde até mesmo a escola tem esvaziado seu papel de formadora, a educação popular e as culturas populares passam a ficar num lugar de memória, ou seja, no plano das mentalidades. A educação popular deveria representar a vontade de criar espaços autônomos, dentro de uma crescente relação de iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos, historicamente surge do compromisso da alfabetização e Educação Popular, como podemos ler em Freitas (2007). Nasce da possibilidade dos sujeitos, na vontade de transformação de sua realidade. Sendo assim, pensar na EJA como forma de Educação Popular faz-se necessário ao refletir a condição de seus sujeitos:

A educação popular, a EJA e os princípios e as concepções que as inspiraram na década de sessenta continuam tão atuais em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida. Tão atuais que não perderam sua radicalidade, porque a realidade vivida pelos jovens e adultos populares continua radicalmente excludente. (ARROYO, 2005, p. 223)

Dessa forma é que deve ser pensada a educação: como direito humano. Defendemos esse direito como possível pela transformação da sua realidade de exclusão social.

Ao analisar os artigos da revista "Educar em Revista" pudemos perceber que a EJA, enquanto modalidade de ensino, precisa avançar em relação as suas práticas e planejar situações de aprendizagem que promovam a inclusão social e uma educação emancipatória aos seus alunos.

Percebemos que ainda é escassa a produção acerca da Educação de Jovens e Adultos, que é há muito, tem sido uma modalidade de ensino marcada pelo atendimento a grupo de excluídos, que geralmente viveram situações caracterizadas pelo fracasso escolar e desesperança. Diante da investigação aqui realizada e das experiências anteriores da pesquisadora junto ao

contexto da EJA é possível perceber a emergência na implementação de projetos adequados e mais arrojados, apoiando as estratégias de ensino e apresentando os conteúdos escolares de modo a estimular a aprendizagem e promover o desenvolvimento de adultos, ansiosos por assumirem a condição cidadã a qual tem direito.

Mesmo com tantas mudanças sociais e tecnológicas, a escola mantém o seu papel fundamental diante da tarefa de contribuir para a formação e o desenvolvimento humano. Nesse sentido, refletir sobre essa temática, nos fez perceber que a Educação Popular deve servir de âncora ao produzir processos reflexivos e democráticos na escola, possibilitando ao aluno a transformação social.

Considerando o processo de redemocratização da escola pública, a luta pela igualdade da educação, reaviva-se a nossa responsabilidade enquanto educadores para trabalhar por uma educação de qualidade para todos, mais inclusiva e participativa, que favoreça aos seus alunos oportunidades de mudança de condição social e inserção no mercado de trabalho com novas competências. Que esta condição esteja clara no sentido de proporcionar aos alunos uma visão de mundo plena e transformadora da realidade.

É pelos ideais da educação emancipatória que convidamos os leitores refletirem sobre diferentes alternativas de inclusão social que transcendem as práticas escolares e, aos profissionais de educação a assumirem o compromisso moral e ético com a EJA enquanto modalidade de ensino, priorizando a pessoa que traz à tona suas expectativas como adulto, suas esperanças como sujeito com possibilidade de mudar sua vida, assumindo a condição de cidadão consciente e crítico diante de sua realidade. Assim, sendo é possível que tais alunos obtenham uma boa formação e que venham a transformar o contexto de vida no qual se inserem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandra dos Santos; MEYER, Dagmar Estermann. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. *Educar em revista*, 2014, n. spe -1, p.85-99.
- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é Cultura Popular?** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ARROYO, M. G. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: CUNHA, C.; IRELAND, T. D. (coord.) **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. 362p (Coleção educação para todos; v. 3).
- BARBER, Benjamin R. Cultura McWord. In: MORAES, Denis de. (org.) **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.
- BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira. In: SAVIANI, Dermeval [et al.] **Filosofia da Educação Brasileira**. 5. ed. São Paulo: 1Civilização Brasileira, 1994
- BRANCO, Veronica. A sala de aula na educação de jovens e adultos. *Educar em revista*, 2007, n.29, p.157-170.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlo Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARDONA, Ramón Moncada. La Educación en el contexto de la gobelización neoliberal. In: **Educação & Linguagem**. Globalização e Educação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, nº. 13, 114-120, 2006.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Tendências para a educação integral**. São Paulo: CENPEC, 2011.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de

conscientização: intersecções na vida cotidiana. *Educar em revista*, 2007, n.29, p.47-62.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

_____, **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Educação e globalização neoliberal: um olhar a partir da América Latina. In: **Educação & Linguagem**. Globalização e Educação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, nº. 13, 62-78, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: Diversidade e Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

HARACEMIV, Sônia Maria Chaves. Vínculos estabelecidos pelo professor com o Programa Municipal da EJA e a relação-reflexa na formação profissional e pessoal. *Educar em revista*, 2007, n. 29, p.121-140.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Reciprocidade e acolhimento na educação de jovens e adultos: ações intencionais na relação com o saber. *Educar em revista*, 2007, n. 29, p.101-119.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MORROW, Raymond. Estado, Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULE, N. e TORRES, C. A. (org.). **Globalização e Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. *Educar em revista*, 2007, n. 29, p.83-100.

PAIVA, J.; MACHADO, M. M.; IRELAND, T. D. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, MEC/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007. (Coleção Educação para Todos; v. 1).

PAVANELLO, Regina Maria, LOPES, Silvia Ednaira; ARAUJO, Nelma Sgarbosa Roman de Leitura e interpretação de enunciados de problemas escolares de matemática por alunos do ensino fundamental regular e educação de jovens e adultos (EJA). *Educar em revista*, 2011, n.se1, p.125-140.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. *Educar em revista*, 2007, n.29, p.29-45.

SOARES, Leôncio; VENÂNCIO, Ana Rosa Tensões, contradições e avanços: a educação de jovens e adultos em uma escola municipal de Belo Horizonte. *Educar em revista*, 2007, n.29, p.141-156.